



Fraude no seguro: prejuízos para todos!

Não será possível enfrentar o futuro, se continuarmos com formados aos escândalos que acontecem no cotidiano brasileiro. Tal situação exige sacrifícios, e além disso que ninguém se cale ou se omita, pois, sem dúvida, precisamos melhorar a sorte do Brasil.

A sociedade, cada vez mais abalada com a onda de corrupção, bem sabe que isso acontece porque os malfetores desfrutam de impunidade.

Aliás os altos níveis de corrupção tem efeito direto nos setores produtivos e na economia nacional, quadro esse que devemos enfrentar com determinação e coragem, para que a credibilidade do nosso segmento não seja abalada.

Para nós é bastante constrangedor dizer que o nosso Sindicato recebeu informação de que no Paraná estão atuando algumas cooperativas de caminhoneiros, como se fossem seguradoras. Além disso, tomamos conhecimento da existência de seguradoras fantasmas, não cadastradas e/ou homologadas pela SUSEP, as quais operam no seguro garantia, no carta verde e no RCTV-I, igualmente ludibriando a boa fé de consumidores incautos, mas, certamente, em conchavos com quem entende do nosso setor.

É deplorável constatar tais ocorrências que surgem justamente estimuladas pelo ambiente de corrupção em que hoje vivemos, cujos efeitos são altamente nocivos. Assim é que as fraudes de sucedem, crescem, se multiplicam, invadindo todos os quadrantes do nosso território, pois faltam equipes idôneas para fiscalizar e atuar com firmeza não apenas em nossa área como em todas as atividades.

Enquanto tudo isso acontece, as seguradoras legitimamente constituídas sofrem constante fiscalização, no tocante a solvência, aplicação de re-

servas e ativos, e até muitas vezes têm que lançar mão de aportes de capital para solver seus compromissos.

Poderemos imaginar, agora, como essas supostas empresas que agem na ilegalidade, atuam na comercialização de seguros, destituídas de qualquer noção atuarial e sem reservas.

Como poderão responder àqueles que optarem por ingressar em tal sistema? E no caso de se defrontar com a necessidade de ter seu veículo indenizado? De fato, é um horror esse tipo de ambiente que ajuda a traçar um retrato devastador do clima de deslizos e de outras maracutaias.

Há evidência incontestável de que cometem crime contra a economia nacional, contra o setor de seguros, contra os consumidores, com afrontamento à lei e passíveis de punição, eis que nenhum tributo é recolhido; nenhuma apólice oficial é emitida; e, certamente, nenhuma indenização será paga. O seguro, como todos sabem, é regulamentado pelo Decreto Lei 73/66, que estipula e determina responsabilidades desde a contratação até a conclusão de uma apólice.

Estamos preparando um documento, objetivando alertar a população sobre tais desmandos. Esperamos que toda a sociedade denuncie esses desvios, pois não resta dúvida que em pouco tempo poderemos ver a imagem do nosso mercado, mais uma vez, ser atingida por ações de pessoas inescrupulosas que entendem estar acobertadas pela impunidade; isto é, pela tolerância de crimes de toda a espécie, assegurando a continuidade dos delitos em nosso país, a cujo clima estaremos sujeitos. Se assim acontecer - o que não acreditamos - é justo perguntar: afinal, para onde vai o Brasil?

:: FURTO E ROUBO DE VEÍCULOS

A delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, de Curitiba, apresentou à imprensa dados de sua performance desde 1991, destacando que no decorrer desses quinze anos a frota de veículos mais que dobrou em nossa cidade. Como exemplo estatístico, em 1991 tínhamos 467.396 veículos; já em 2007 circulam 991.008 veículos. Já o índice diário de furto e/ou roubo está, de janeiro a maio de 2007, em 16 unidades, numa trajetória descendente no comparativo com os anos anteriores, isto é: em 2003 tivemos 26 veículos furtados e/ou roubados; em 2004 tivemos 24; em 2005 tivemos 24 e em 2006 tivemos 18 veículos furtados e /ou roubados.

Destaca aquela especializada que o índice de recuperação de veículos está na ordem de 50%. Entretanto, avaliando dados do setor de seguros, que contempla uma frota segurada de aproximadamente 200.000 veículos, constatamos que não temos a mesma performance em termos de recuperação, pois nossos dados apontam 35% apenas, mas é possível fazer uma leitura de que - salvo sazonalidades - o índice de roubo e/ou furto diminuiu ao longo dos últimos anos. Prova disso é que o custo do seguro, em média, está de 10 a 12 pontos percentuais menor do que no ano anterior em igual período.

Também é possível compreender que a existência de uma Delegacia Especializada, como a DFRV, em muito contribuiu para uma atuação mais eficiente, razão do sucesso pela acentuada queda no número de ocorrências. Se considerarmos a existência de um pátio único para guardar veículos recuperados, sob a administração de empresa especializada, nos moldes do que já existe no Rio de Janeiro, será de grande valia não só para o mercado segurador como também para toda a sociedade, pátio esse para cuja instalação estamos envidando esforços junto ao governo estadual, através da Secretaria de Segurança Pública.

Estamos na expectativa da liberação do pátio da Receita Federal em Foz do Iguaçu, para realizarmos levantamento dos veículos lá existentes, os quais foram apreendidos transportando ilícitos, e que podem ter sido declarados como roubados e/ou furtados e possivelmente reclamados junto às seguradoras.



:: POSSE DA DIRETORIA

Temos a satisfação de informar ao mercado de seguros do Paraná e de Mato Grosso do Sul, que no dia 02/07, às 12:00 horas, nas dependências do Hotel Bourbon, acontecerá a solenidade de posse da Diretoria do SINDSEG-PR/MS, eleita em abril deste ano e, que comandará os destinos do Sindicato até 2010.

Esse evento contará com a presença de representantes da Confederação Nacional de Seguros, das Fede-

rações recém constituídas, dos Sindicatos das Seguradoras de outros Estados, da SUSEP, do IRB-Re, da Escola Nacional de Seguros - FUNENSEG, do Sincor do Paraná e de Mato Grosso do Sul, de representantes do SINDSEG-PR/MS nas cidades de Campo Grande, Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, assim como teremos também a presença do Judiciário, do Trânsito e das Polícias Civil e Militar.



:: MERCADO DE CAPITALIZAÇÃO

A FENACAP - Federação Nacional das Empresas de Capitalização comemora os R\$ 2,4 bilhões de faturamento acumulado no quadrimestre deste ano, cifra 12,7% superior ao montante obtido no ano passado. As reservas do setor também acompanharam este movimento ascendente com crescimento de 6,8%, totalizando, em abril, R\$ 11,4 bilhões. A receita mensal alcançada pelo segmento foi de R\$ 636 milhões.



O Rio de Janeiro está em segundo lugar no ranking nacional do mercado de capitalização e já faturou no período R\$ 361,6 milhões, atingindo 10,9% de participação no setor, seguido logo atrás por Minas Gerais com R\$ 224,1 e uma fatia de 9,3%. São Paulo é o líder com R\$ 913,4 milhões, atingindo 38%.

“Os números do quadrimestre são relevantes e mostram que o Brasileiro está interessado em guardar parte dos seus rendimentos. Assim, a capitalização cumpre o seu papel disciplinador, em relação ao hábito de poupar, ao mesmo tempo em que propicia a organização das finanças pessoais e o planejamento futuro de como o total resgatado no final do plano será utilizado”, destaca Neival Rodrigues Freitas, diretor de Capitalização da FENACAP. (Fonte: FENASEG, 21/06/07)

:: PARA BARATEAR SEGURO

As seguradoras estão levando proposta à SUSEP, prevendo apólice com redução de 30% no preço, com a utilização de peças originais usadas, com certificado de garantia, no reparo de carros segurados. Tal medida está entre aquelas sugeridas pela FENASEG, representante das seguradoras, cuja redução no preço do seguro somente será aplicada para os carros com 10 anos ou mais. “Estamos detalhando a proposta e vamos levá-la à SUSEP”, informou Neival Rodrigues, diretor da entidade.

As seguradoras explicam que o motivo do preço alto do seguro de usados está na despesa elevada com peças originais novas para reparo. Para o carro de Roner, Carlos Alberto Lucena, da Lucena Seguros, cotou uma apólice completa por R\$ 1.190,00 ou 17% do valor do Gol, enquanto no carro novo essa relação é de 5% em média.

Freitas diz que para o uso de peças usadas, é preciso lei que iniba o desmanche irregular. Nesse sentido ele explica, já um projeto de lei do senador Romeu Tuma aprovado no Senado e em tramitação na Câmara. A medida exigiria mudança também no Código de Defesa do Consumidor, alerta a SUSEP.

Ora duas medidas compõem a proposta da FENASEG, participação do segurado na indenização integral até um certo percentual e isenção do IOF, que tem alíquota de 7%. (Fonte: Estadão Online, 18/06/07)



:: CLÁUSULA DE MERCADO

Está na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, onde não recebeu emendas, o projeto de lei elaborado pelo deputado Celso Russomanno (PP-SP), que altera o Código Civil, estabelecendo novas normas no seguro de veículos.

Segundo o projeto, o valor da indenização deve corresponder ao valor da apólice na hipótese de sinistro com furto ou perda total do veículo segurado. Na prática, essa proposta acaba com a cláusula de valor



NOVO Código Civil



de mercado no ramo de automóveis. Além disso, a proposta torna obrigatória para o segurador a inclusão de cláusula sobre o índice a ser utilizado para a atualização monetária do valor da apólice, no período de vigência do contrato, para pagamento da indenização.

:: PREVIDÊNCIA PRIVADA

O mercado de previdência complementar continua crescendo. Prova disso são os dados da FENAPREVI - Federação Nacional de Previdência Privada e Vida, entidade que sucedeu a ANAPP, que apontam que a captação no mês de abril atingiu a marca de R\$ 2,1 bilhão, representando um avanço de 41,38% na comparação com o mesmo mês de 2006, quando foi captado R\$ 1,486 bilhão.

Essa marca foi impulsionada pelo VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre - que cresceu 48,39%, passando de R\$ 961,5 milhões para R\$ 1,426 bilhão entre abril de 2006 e abril de 2007.

O PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre - teve uma captação de R\$ 317,5 milhões, o que representa uma queda de 3,79% em relação a abril de 2006, quando o volume de novas

contribuições chegou a R\$ 330 milhões.

Porém, foram os planos tradicionais que mais se destacaram. A captação dessa modalidade de planos cresceu 84,69% entre abril de 2006 e abril de 2007, passando de R\$ 192,6 milhões para R\$ 355,9 milhões no período. Os outros produtos de previdência (FAPI, PGRP e VGRP) captaram R\$ 745 mil (queda de 60,56%) na comparação com abril de 2006, quando foram captados R\$ 1,889 milhão.

Em relação à participação no volume de contribuições por tipo de plano, o VGBL, lidera o ranking com 67,91% do total, seguido pelo PGBL com 15,12% do total, seguido por planos tradicionais, com 16,94% do total de novas contribuições. Os outros planos tiveram captação irrisória. (Fonte: FENASEG, 21/06/07)



:: MERCADO

Segundo notícia divulgada pelo Jornal do Brasil, edição de 18 do corrente, o mercado de seguros brasileiro deve dobrar nos próximos três anos, conforme a estimativa da Standard & Poor's, uma das maiores agências de avaliação de riscos em um estudo sobre o setor no país.

A abertura do mercado de resseguro e as novas regras de solvência entre as novas medidas que vão fazer o setor crescer. Há uma certa euforia das empresas que já estão no setor com as perspectivas de crescimento mas o Estado está muito tímido na condução de uma política de atração de grupos do exterior para o resseguro e no incentivo a que outros empreendedores do país entrem nessa atividade, aumentando a competição e a oferta de novos produtos aos consumidores.

O Brasil tem hoje um número pequeno de empresas seguradoras: 120. O mercado é muito concentrado e a maioria das empresas está nas mãos de grandes grupos financeiros. O Brasil deixou de ter, como no passado, grandes grupos seguradores independentes.

O governo brasileiro só abriu o setor devido a pressão dos países mais ricos, que condicionaram essa decisão à realização de uma abertura maior de seus mercados para produtos agrícolas do Brasil.

A retomada da negociação do acordo de Doha, que prevê a redução de

subsídios dos países ricos aos seus produtos agrícolas, por exemplo, só será possível por que o país concordou em abrir o mercado de resseguro que estava sob o domínio da União.

O desafio, portanto, é aumentar o número de empresas de seguros e resseguros e de novos produtos. O Secretário de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Rio de Janeiro, Júlio Bueno, acha que o estado tem condições de concentrar o setor e vai oferecer incentivos para que as empresas estrangeiras ocupem a área de resseguro. Ele quer criar, inclusive, uma área para ser a Cidade do Seguro. Mas o desafio para a expansão do setor é maior do que o Rio de Janeiro.

É preciso que o Governo Federal também se envolva com esta operação e não perca a oportunidade.



:: SEGURO TRANSPORTE

Pela primeira vez, o seguro no segmento de transportes tem fôlego para crescer em dois dígitos, puxado, principalmente pelo avanço do comércio exterior.

A arrecadação dessa modalidade avançou, em média, 13% no acumulado dos primeiros meses deste ano: de R\$ 120 milhões para R\$ 136 milhões. As expectativas das empresas seguradoras são de que esse percentual aumente ainda mais. É o caso da Real Tóquio Marine, que discute a elaboração de estratégias para agregar à sua carteira os clientes que estão adquirindo caminhões pesados e semipesados novos. Esses veículos representam importante sinalizador da área, pois são responsáveis por transportar parte da safra do país. Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), o volume de vendas dessas duas categorias teve aumento médio de 30% de janeiro a maio deste ano, quando foram adquiridos 19.800 unidades.

Os bons resultados comerciais têm mostrado reflexos importantes na carteira de transporte internacional das seguradoras. (Fonte: DCI, 17/06/07)



:: IRB

O IRB-Brasil Re acumulou até abril um lucro líquido de R\$ 137,3 milhões, valor 143,6% maior do que o registrado no mesmo período no exercício passado. O patrimônio líquido da estatal cresceu 15,6% entre os dois períodos comparados, atingindo o patamar de R\$ 1,7 bilhão ao final do primeiro quadrimestre deste ano.

A resseguradora emitiu um volume de prêmios da ordem de R\$ 1,2 bilhão no primeiro quadrimestre, o que

representou um crescimento de 12,1% em relação ao montante registrado de janeiro a abril de 2006.

Até abril, o IRB desembolsou R\$ 168,6 milhões para o pagamento de sinistros, 20,6% a mais do que nos quatro primeiros meses do ano passado. O resultado das operações com resseguros e retrocessões chegou a R\$ 252,2 milhões no acumulado até abril, com queda de 5,3% em comparação a igual período de 2006. (Fonte: CQCS, 21/06/07)

:: SEGURO É POUCO USADO

O aumento das punições pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pode ser o estímulo que faltava para o mercado de seguros de responsabilidade civil para administradores (D&O), do inglês "directors & officers" ganhar fôlego no país. "O executivo brasileiro ainda não acordou para os riscos que assume", ressalta o consultor de seguros da ADDmakler, Aderbal Amaro. "Nas multinacionais, é um pré-requisito de emprego".

Profissionais com experiência em multinacionais, como é o caso do atual

presidente da Vivo, Roberto Lima, que esteve à frente do grupo Accor e da Credicard, estão familiarizados com o tema. Segundo ele, o seguro é algo a ser negociado já na contratação. "Nossa posição tem um grau de risco muito elevado. Assumimos um passado que acreditamos conhecer. Mas é impossível saber 100% de tudo". O gerente de seguros para executivos da Chubb do Brasil, Leandro Martinez, ressalta que se trata de uma cultura que ainda precisa ser criada no país. Enquanto nos Estados Unidos 95%

das companhias adotam esse benefício, sua presença nas companhias brasileiras é estimada em menos de 1%. O advogado e ex-presidente da CVM, Francisco da Costa e Silva, atua como conselheiro dos colegiados do Banco do Brasil, Vale do Rio Doce e da BrasilEcodiesel. Ele explica que o D&O deveria constar do contrato de emprego dos profissionais. O seguro garante cobertura para decisões tomadas no cargo, mesmo que ocorram processos judiciais posteriores à atuação na companhia, desde que

não haja culpa. (Fonte: Valor Online, 18/06/07)

